

**CONFERÊNCIA NA COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dr. José Paulo Netto
Professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ

Considero uma honra imerecida a incumbência a mim atribuída de falar-vos, na passagem do cinquentenário de fundação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, da história desta instituição.

A honra é imerecida: certamente que outros poderiam fazê-lo, com mais ciência e mais autoridade. A mim me falecem ambas, ciência e autoridade.

Sobra-me, todavia, o afeto por esta Casa: aqui entrei, no remoto 1966, imberbe ainda, não mais que um jovem comunista impulsionado pela urgência de transformar o mundo. Nesta Casa, sediada então na Avenida Rio Branco, permaneci por quatro anos fantásticos – quatro anos de uma década em que muitos de nós éramos felizes e não sabíamos, década de esperanças e de decepções. Nesta Casa, já transferida para a Rua Santos Dumont, iniciei meu trabalho na docência superior, em 1972, a convite de Madre Altiva Paixão.

Se o exílio a que fui obrigado pela ditadura que oprimiu, reprimiu e deprimiu este país me afastou provisoriamente desta Casa, a ela retornei com a restauração democrática, primeiro como assessor, depois como professor visitante. Posso mesmo vos dizer que parte das minhas raízes estão nesta Casa.

É por esta razão que me disponho, com pouca ciência e nenhuma autoridade, mas com o afeto de filho pródigo ou – o que não é muito diferente – com a paixão que nos vincula às antigas namoradas, é que me disponho a oferecer-vos algumas reflexões pertinentes a este cinquentenário.

Precisos cinquenta anos nos separam da manhã em que se abriram efetivamente as portas desta Casa: exatamente a 16 de maio de 1958, a sua primeira Diretora, Madre Maria Aparecida Guimarães, ministrou a aula inaugural desta Faculdade, a que assistiram os 15 discentes que compuseram a sua primeira turma. Mas não foi nesta longínqua manhã de maio que se iniciou a nossa história.

Um primeiro capítulo desta história talvez possa ser localizado há alguns milhares de quilômetros de nós: talvez possa ser localizado na Holanda, onde, a 25 de dezembro de 1920, nascia aquele que foi batizado Cornelius Jacobus Snöeck, ordenado padre redentorista em 1947, doutor em Teologia pelo *Angelicum* de Roma em 1949 e que, desde 1955, escolheu o Brasil como espaço de seu apostolado e Jaime Snöeck como seu nome em português. Ou, de forma alternativa, mas não excludente, talvez possamos encontrar esse capítulo original aqui mesmo, no Brasil, em Campinas, em 1922, quando se constituiu a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado.

De fato, Clío, aquela deusa ardilosa, conspirou para que estes dois fios, Pe. Jaime Snöeck e as Missionárias, se cruzassem em Juiz de Fora, dando início ao entretecer da nossa história: valendo-me do competente estudo da Professora Rita de Cássia Jacometti, posso dizer que a nossa Faculdade só se viabilizou graças ao empenho do que ela chamou de “dois atores externos”.

Com efeito, Jaime Snöeck foi o primeiro a sensibilizar-se (e a sensibilizar outras personalidades) e a mobilizar-se em torno da criação de um curso de Serviço Social em Juiz de Fora. E seus contactos com as Missionárias de Jesus Crucificado, que já mantinham escolas de Serviço Social em seis estados da Federação, derivaram na criação da nossa Faculdade: em 1957, as Missionárias encaminham ao então Conselho Nacional da Educação o requerimento da licença para a sua criação, em nome da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sua mantenedora; e, em 21 de abril de 1958, através do Decreto Presidencial nº. 43.566, o Governo Federal aprova o processo de fundação da Escola.

O empenho de Jaime Snöeck e das Missionárias envolveu, como se sabe, segmentos das elites locais e mesmo o poder municipal. O respaldo que tais segmentos e tal poder ofereceram à iniciativa foi importante, uma vez que a Faculdade surgia por fora da nascente Universidade Federal de Juiz de Fora: contando com unidades de ensino superior desde a primeira metade do século XX, a cidade só formalmente teve a fundação da sua Universidade na segunda metade dos anos cinquenta, mediante a reunião das já existentes escolas de Engenharia, Direito, Farmácia e Odontologia, Medicina, Filosofia e Letras e Ciências Econômicas.

Nos seus dez primeiros anos de vida, a Faculdade de Serviço Social operou sem vinculação formal à Universidade Federal de Juiz de Fora. Somente em 12 de março de 1969, mediante um processo de agregação, passou a gravitar junto à sua estrutura. E em 11 de novembro de 1974, pela Lei nº 6.139, tornou-se enfim incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Não é meu objetivo, nesta alocução, oferecer-vos uma síntese da história da nossa Faculdade. Não é esta a oportunidade adequada para fazê-lo. Assinalando o protagonismo de Jaime Snöeck e das Missionárias e indicando uns poucos marcos temporais, quis apenas sugerir que entre a aula inaugural de 16 de maio de 1958 e a realidade contemporânea da Faculdade, esta escola dos dias atuais, parece haver um abismo: a pequena e isolada escola da Avenida Rio Branco constitui hoje, como parte da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma unidade acadêmica que dispõe de invejável estatuto, reconhecido no quadro nacional da formação de assistentes sociais, que propicia cursos de graduação e pós-graduação, que participa ativamente dos debates profissionais, que conta com um corpo docente qualificado e titulado.

Nestes cinqüenta anos, esta Faculdade acabou por inscrever-se entre os dez melhores centros de formação profissional do país. Seus docentes e seus egressos têm influído de modo inequívoco no desenvolvimento do Serviço Social e têm participado de forma protagônica na vida acadêmica e institucional do país.

Mas, como vos disse, minha intervenção não pretende esboçar uma síntese da trajetória que fez da escola isolada, criada em 1958, quando no Brasil havia pouco mais que uma vintena de cursos de Serviço Social, uma Faculdade modelar, extremamente influente no quadro atual da formação profissional, que registra a existência de mais de 230 cursos de Serviço Social no Brasil.

Minha pretensão é outra: gostaria de evocar alguns traços constitutivos da história da nossa Faculdade para sugerir o modo pelo qual, na sua trajetória, se expressa a característica renovadora que a situa como representativa do processo maior de renovação do Serviço Social no Brasil. É na evocação desses traços que me deterei em seguida.

Sabe-se que o Serviço Social brasileiro constituiu-se como uma resposta do pensamento conservador católico à problemática posta, a partir dos anos trinta do século XX,

ao protagonismo da classe operária, naquilo que o pensamento conservador qualifica como “questão social”.

Na sua gênese, o Serviço Social brasileiro emerge com a proposta de uma “paz social” fundada na integração subalterna do proletariado à ordem urbano-industrial. E surge profissionalmente como disciplina de intervenção prática, sem pretensões de gerar conhecimentos – antes, aparece como um saber de segundo grau, desaguadouro aplicado de conhecimentos oriundos das ciências sociais e com um estatuto de minoridade em relação a elas.

Também em Juiz de Fora essa modelagem parece repetir-se. Se é verdade que, no final da década de cinquenta, momento fundacional da Faculdade, a cidade já assistia a seu processo de desindustrialização, transitando para a condição de cidade terciária, centro de serviços, também é verdade que, aqui, eram agudas as expressões da “questão social”.

Desde o início do século XX, as lutas de classes marcaram esta cidade. As vanguardas operárias, através do clássico instrumento da greve, escreveram páginas de heroísmo que a historiografia oficial se esmera em apagar. Faz-se o possível para esbater o protagonismo operário nas margens do Paraibuna – mas não é possível ocultar que, já em 1922, quando da fundação do Partido Comunista Brasileiro, havia empenho de operários juizforanos para participar do congresso de março, que é o momento inaugural do PCB. Nos anos trinta e quarenta, a luta anti-fascista da classe operária juizforana ofereceu mártires no combate ao Estado Novo, como o trabalhador Zúdio, militante do PCB assassinado pela repressão nas ruas de nossa cidade. Nos anos cinquenta, com os comunistas já aliados aos petebistas, a massa juizforana firmava aqui um bastião do trabalhismo getulista, objeto do ódio das elites.

Precisamente na década de cinquenta, quando a velha elite mostrava-se inepta para disputar a representação política para além dos limites municipais, incapaz de tomar qualquer iniciativa em face da perda de gravitação da Manchester Mineira, foram os trabalhadores de Juiz de Fora que emergiram na liderança de correntes políticas que tensionavam a nação no rumo do desenvolvimento com justiça social e da ampliação dos espaços democráticos.

Recordo, em tom de homenagem, os nomes de dois trabalhadores que ganharam destaque nacional, expressando as correntes mais substantivas que animavam a luta operária e que, pela defesa intransigente de suas idéias, pagaram o preço que sempre é cobrado aos

combatentes da classe operária: recordo o nome de Clodsmith Riani, líder petebista, mais tarde dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e de Lindolfo Hill, marceneiro e operário da construção civil que fez parte do Comitê Central do PCB. E também recordo, emocionado, o negro José Henrique de Oliveira, o “Gato Preto”, operário mecânico do velho Departamento Autônomo de Bondes e comunista, que me iniciou no conhecimento das condições de vida dos trabalhadores mais pobres e explorados.

Por outra parte, havia em Juiz de Fora um nítido viés do pensamento de esquerda, que apontava o socialismo como a alternativa humanista ao mundo dilacerado pela corrida armamentista promovida pelo imperialismo, patrocinador dos novos colonialismos – basta evocar o magistério de Irineu Guimarães e a altivez de Thomas Bernardino.

Aqui também, portanto, o pensamento conservador via-se obrigado a responder – inclusive pela via do Serviço Social – às manifestações da “questão social”. Entretanto, uma resposta deste gênero, numa cidade cuja politização forjava-se para além do horizonte das oligarquias, haveria de ser necessariamente contraditória, haveria de conter também elementos que ultrapassavam os limites da “paz social” tranquilizadora da ordem.

Na história da Faculdade, essa contradição imanente haveria de se explicitar só no processo de sua consolidação. Se a sua fundação resultou também do apoio de segmentos da elite, logo se verificaria que o componente católico que ativava a Faculdade continha elementos novos – aqueles elementos que, sob o pontificado de João XXIII, levariam a Igreja a uma nova abordagem da “questão social”.

Assim é que nesta Faculdade, nos anos sessenta, a Doutrina Social da Igreja abria-se a novos ventos, novas orientações, novas perspectivas – e não basta lembrar apenas a influência teológica qualificada e sofisticada de Jaime Snöeck, através de suas aulas de Ética; é preciso evocar o papel de professores arejados como Itamar Bonfatti e de docentes da qualidade do redentorista Dalton Barros.

O conservadorismo municipal, aquele que aplaudiu o fim da democracia na década de sessenta e docemente se adequou à ordem e à paz dos cemitérios, esse conservadorismo colidiu com a ambiência acadêmica garantida pelas Missionárias nos momentos mais tensos daqueles anos difíceis. Recordo a sabedoria com que a segunda Diretora da Faculdade, Madre Albertina Brasil Santos, conduziu a escola na tensa conjuntura de 1964: sua atitude firme

garantiu a integridade da instituição, sem perseguições nos dias de caça às bruxas. A mesma atitude, serena e firme, pautou a gestão de Madre Altiva Paixão que, nos tormentosos anos de transição da década de sessenta à de setenta, garantiu na Faculdade um clima de liberdade e pluralismo.

Nunca exageraremos em dizer que a história desta Faculdade é um penhor à defesa das liberdades. Figuras como Jaime Snöeck, Albertina Brasil Santos e Altiva Paixão simbolizam um patrimônio de humanismo que deve ser socializado com as novas gerações.

Uma instituição de ensino superior só pode merecer este título se zelar pela garantia das liberdades. E esta determinação, que aos olhos conservadores parece ser um desvio e um perigo, tem a ver com a natureza acadêmica da função universitária e é matriz da produção de conhecimentos verazes e da possibilidade da própria extensão universitária. Foi a garantia das liberdades que propiciou a dupla inserção da Faculdade, no âmbito da produção de conhecimentos e no âmbito da extensão.

Efetivamente, esta Faculdade exercitou a dimensão extensionista de um modo pioneiro na esfera local. Não apenas a extensão *stricto sensu*, operada especialmente através dos seus campos de estágio; mas a extensão que incide sobre decisões e estratégias do poder local. É evidente que este exercício supõe a existência de um estoque de saber, a ser disponibilizado para a comunidade e testado nesta disponibilização.

Aqui, o papel da Faculdade, ao longo de sua história, pode ser detectado a partir de dois movimentos, cujas implicações é impossível desenvolver nesta intervenção, mas que merecem a atenção de todos.

O primeiro deles se dá na entrada da segunda metade dos anos sessenta. Quando, na Universidade Federal de Juiz de Fora, no que toca às ciências sociais, a pesquisa era secundária e residual, a Faculdade desempenha papel pioneiro: através da intervenção de um docente excepcionalmente dotado, a pesquisa adquire na Faculdade um estatuto central e desborda a própria Faculdade, possibilitando o primeiro levantamento sócio-econômico rigoroso da cidade, patrocinado pelo governo municipal. O docente referido, Alexis Stepanenko, trouxe à Faculdade uma concepção de pesquisa sistemática, preparou discentes, articulou-se com outros pesquisadores e, graças a seu trabalho, bancado e sustentado pela Faculdade, Alexis Stepanenko introduziu de fato a pesquisa social científica nesta cidade.

O segundo momento que se torna necessário evocar refere-se ao papel do corpo docente da Faculdade na modernização das estruturas governativas locais. Na entrada dos anos setenta, o protagonismo da Faculdade na organização da Secretaria Municipal de Trabalho e Bem-Estar Social, criada em 1973 pelo então prefeito Itamar Franco, foi essencial: o projeto de lei que deu forma àquela Secretaria, na sua dimensão técnica, foi praticamente elaborado por jovens docentes desta Faculdade.

As importantes funções extensionistas que desde então a Faculdade vem exercendo, adensadas e consolidadas nos últimos trinta anos, seriam impensáveis sem os dois movimentos que acabo de evocar.

A década de sessenta, no processo de desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, marcou uma inflexão que só posteriormente, nos anos oitenta, haveria de explicitar-se inteiramente: a recusa de um estatuto subalterno da profissão, expresso na superação de sua condição de “profissão da prática”.

É hoje consensual que, sem constituir uma ciência ou uma disciplina científica, o Serviço Social caracteriza-se como profissão. Mas, em sendo profissão, é também um campo de produção de conhecimentos – como, aliás, desde 1987 o reconhece o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

De fato, nos últimos vinte e cinco anos, o Serviço Social acumulou uma bibliografia e uma documentação que, embora heterogênea e diferenciada, constitui um precioso acervo de chaves heurísticas para o conhecimento da realidade brasileira.

Foram-se os tempos em que os assistentes sociais eram “as boas moças que o governo paga para terem pena dos pobres”. E ficaram para trás os tempos em que o Serviço Social era visto como o patinho feio das ciências sociais – trago à colação, aqui, o juízo conclusivo de Francisco de Oliveira, que, após contactar com o Serviço Social brasileiro contemporâneo, não hesitou em afirmar a sua maioria acadêmica e científica.

O processo de maioria científica do Serviço Social brasileiro, todos o reconhecem, tem a ver com a história da nossa Faculdade. Muitos dos seus egressos intervieram ativamente na construção do patrimônio de conhecimentos que hoje habilita o Serviço Social a uma interlocução paritária com as ciências sociais e, mais que isto, a uma intervenção ponderável na formulação de políticas públicas de âmbito nacional (neste aspecto, basta mencionar o

papel da categoria profissional, por exemplo, na formulação da Lei Orgânica da Assistência Social).

Seria ocioso mencionar aqui o nome dos companheiros cuja contribuição, neste terreno, é hoje nacionalmente reconhecida. É-me suficiente apontar a figura de Marilda Vilela Yamamoto, um verdadeiro ícone profissional, para dar a dimensão dos aportes que, de alguma maneira, o Serviço Social brasileiro deve à nossa Faculdade.

E não é somente no domínio profissional que os egressos da nossa Faculdade têm se destacado nacionalmente: vários deles vinculam o panorama das ciências sociais brasileiras – e um exemplo, dentre muitos, pode ser assinalado no exercício docente e na pesquisa histórico-política: o de Lucília Belo Neves Delgado.

Esta contribuição coletiva, porém, seria impensável se não nos reportássemos à dinâmica instaurada na Faculdade nos anos sessenta. Uma dinâmica fundada na liberdade e no pluralismo garantidos pelas Missionárias, que abriu espaço para o magistério de docentes que, na seqüência, ganhariam destaque nacional. Já fiz referência, aqui, ao papel desempenhado por Alexis Stepanenko; não é necessário lembrar que, posteriormente, ele ocupou altos cargos no Executivo federal.

Cumpram-me dizer-vos, porém, que o exercício docente que a Faculdade propiciou, e do qual se beneficiaram os profissionais aqui formados, permitiu experiências de jovens professores, praticamente desconhecidos à época e que, posteriormente, destacam-se nas suas respectivas áreas. Foi nesta Faculdade que, em 1968, Nilo Batista iniciou seu magistério docente – então novel advogado, o mais brilhante penalista brasileiro contemporâneo lecionou pela primeira vez nesta Casa. E não será demais recordar, entre nós, a docência exercida – mediante intercâmbio internacional, ao que me parece pioneiro na Universidade Federal de Juiz de Fora – pelo então também jovem sociólogo norte-americano Anthony Joseph Mendonça, hoje professor titular da Universidade da Pensilvânia, em Pittsburgh, e militante democrata de destaque na oposição acadêmica ao lamentável governo Bush.

No campo profissional específico, recordo que Luísa Xavier, destacada figura da previdência social brasileira nos anos setenta, também nesta Casa exerceu proficuamente a docência.

Sabemos que este cinquentenário é data de celebração e não de balanço crítico. Mas não seria responsável uma celebração que não reconhecesse debilidades, lacunas, problemas.

Não imagineis que esta Faculdade não os teve – teve-os, e muitos. Não pensemos a nossa escola como ilha paradisíaca no problemático arquipélago da universidade brasileira. Aqui, ao longo desses cinquenta anos, houve choques, rupturas às vezes dilacerantes, confrontos ásperos.

Compreende-se: o espaço acadêmico nunca é uma praça livre, aberta a todos os ventos do espírito. Nele há sempre hegemonias e lutas por hegemonias, que refratam, melhor ou pior, as lutas que se desenvolvem no exterior dos muros acadêmicos. Neste sentido, a história da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora não é exceção: também nela colidiram projetos societários e projetos profissionais. Também nela as vanguardas docentes e discentes se bateram contra os bastiões do conservadorismo, fortes entre docentes e também entre discentes.

Nestes embates, por vezes a conjuntura vivida na Faculdade foi de crise. Em minha análise, a mais decisiva delas ocorreu entre 1968 e 1969, derivando na quebra da hegemonia conservadora até então vigente e numa verdadeira crise de direção, positivamente solucionada por Altiva Paixão. A partir de então, o conservadorismo deixou de ser dominante e abriram-se as vias para um novo patamar de desenvolvimento da Faculdade.

Julgo importante dizer-vos que este patamar de desenvolvimento já vinha sendo gestado desde antes e nesta gestação identifiquei dois vetores principais. O primeiro deles foi a integração do corpo discente no conjunto da Universidade, que de fato precedeu à integração formal da Faculdade à UFJF. O Diretório Acadêmico, desde 1963-1964, mas especialmente sob a gestão de Magda Belo Neves, promoveu a inserção dos estudantes da Faculdade no movimento universitário mais amplo – e as gestões imediatamente subsequentes, conectadas à esquerda católica, solidificaram esta inserção. Naqueles anos, o movimento estudantil foi absolutamente fundamental no arejamento do ambiente acadêmico.

O outro vetor foi a consciência da necessidade da qualificação do corpo docente. Quero recordar que os primeiros professores da Faculdade jamais dispuseram das condições de trabalho que acabaram por se instaurar na década de setenta, quando, de fato, esboça-se a carreira docente *stricto sensu*. Nossos primeiros professores, e esta situação foi a dominante

até a entrada dos anos setenta, eram praticamente colaboradores voluntários – sua remuneração era ridícula, não dispunham das mínimas condições para a pesquisa e, praticamente sem exceção, ganhavam a vida com sua inserção profissional em outros espaços.

Esta menção me parece indispensável, inclusive para avaliar a dedicação de muitos deles, dedicação que compensava largamente as debilidades teóricas que apresentavam. Parece-me ser de justiça histórica lembrar que a maioria deles doava à Faculdade um precioso tempo furtado às suas famílias e aos seus lazeres. E seu papel na construção da Faculdade não pode ser minimizado.

Mas este papel era comprometido por uma formação que, em geral, não ultrapassava a própria graduação. Ora, a pouco e pouco, cresceu a clareza acerca da necessidade de uma qualificação mais alta. Já em meados dos anos sessenta, derivou dessa clareza seja a participação nos primeiros cursos de qualificação docente oferecidos pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) – a que a Faculdade ligou-se desde o seu nascimento -, seja a participação em eventos profissionais de mais largo alcance.

Não é um acidente, portanto, que o primeiro documento modernizador do Serviço Social brasileiro – o Documento de Araxá, de 1967 – tenha repercutido tão fortemente na Faculdade logo quando de seu lançamento. Também não é casual que os primeiros textos do Movimento de Reconceituação, que acabou por subverter as concepções tradicionais do Serviço Social, tenham ressoado tão significativamente na Faculdade – como o prova a leitura de Elisa Melo, em seu trabalho de conclusão de curso, acerca das idéias de Herman Kruse, publicadas em *Cristianismo y sociedad*.

Evidentemente, a efetividade de uma qualificação maior só se tornou viável em escala ponderável a partir de finais da década de setenta. Mas os docentes desta Faculdade, quer por iniciativa pessoal, quer no marco de uma política institucional, sempre demonstraram o empenho numa formação sistemática. Estou convencido de que o relevante nível de titulação alcançado na última década pelo corpo docente da Faculdade, que possibilitou inclusive a implantação do Programa de Pós-Graduação, culmina uma tendência que procedia dos anos anteriores e tornou-se realidade na medida em que o apoio institucional da UFJF, sob o reitorado de Margarida Salomão, deixou de ser meramente formal e converteu-se em execução política prioritária.

Aliás, um precioso indicador do desenvolvimento da Faculdade no decurso das três últimas décadas é a substantiva alteração do seu estatuto real na dinâmica da UFJF. Escola isolada de início, agregada em seguida e uma das últimas filhas do processo de integração, a Faculdade, a partir de meados dos anos oitenta iniciou a sua escalada ascensional – mercê da sua importância e da qualidade dos seus quadros – na vida político-administrativa da universidade.

Creio não lavar um erro se também credito estes ganhos político-institucionais ao protagonismo do movimento estudantil dos anos sessenta: foi lá que se estabeleceram as relações com os setores acadêmicos que, restaurada a democracia no país, terminariam por ascender a cargos de grande responsabilidade – é de lá que datam os vínculos, por exemplo, com o Professor René Gonçalves, sob cujo reitorado a UFJF começou a livrar-se do entulho ditatorial e que possibilitou a visibilidade da Faculdade na vida acadêmica.

Permito-me interromper este excuro frio e intencionalmente objetivo para umas breves evocações de outra natureza. Reconstituir alguns traços desses cinqüenta anos, para mim, não é algo a que eu possa me sentir estranho. Ligam-me à Casa que hoje faz cinqüenta anos outros quarenta e dois anos – cruzei as suas portas em 1966, quando tinha 18 anos e hoje, lamentavelmente, tenho dez a mais que esta Faculdade.

Neste momento em que me dirijo a vós, tomam forma, sob meus olhos, não espectros do passado, mas vultos que têm rosto, identidade, idéias, projetos, sonhos – e que doaram seu trabalho a esta instituição, ou que a animaram com as suas lutas e seus confrontos. Não se trata de biografismo, não se trata de simples reminiscência pessoal porque, antes, são emblemáticos do clima, da atmosfera, da cultura desta Faculdade cinqüentenária.

É, nos anos sessenta, o vital estímulo que Alexis Stepanenko me ofereceu, quando eu dava os primeiros passos na minha caminhada intelectual, sob o olhar meio cético e irônico, mas amigo, de Rosa, sua companheira e professora de antropologia. O caráter encantatório das aulas de Jaime Snöeck, rasgando horizontes filosóficos. A gentileza da Irmã Ecila, alma da secretaria da Faculdade. Ou Madre Albertina, de lanterna no jardim escuro do prédio da Avenida Rio Branco, procurando-me durante as festas noturnas, buscando travar a licenciosidade inaugurada naqueles anos.

Os meus professores, extremamente conservadores, mas honestos em suas convicções, que souberam me suportar com calma bíblica: Mozart Teixeira, José Carneiro Gondim, Irene Vilaça, Irene Carvalho. E a serenidade de Itamar Bonfatti, obrigado pelas circunstâncias a usar de uma linguagem esópica para tratar da realidade brasileira. E Dalton Barros, estimulante vulcão de idéias. E minhas companheiras, Neuza Rocha à frente de todas, tão queridas. E minhas colegas da esquerda católica, dínamos do movimento estudantil, todas combativas e depois cidadãs exemplares, como Mariléa Porfírio, nem sempre pacientes comigo, mas generosas nas vitórias que sempre alcançavam.

Nos anos setenta, a mudança de extração do público-alvo da escola, agora com nova composição social, expressão das mudanças da sociedade brasileira que se refletiam na sociedade local. A prudência firme de Madre Altiva gerindo uma escola de tradição combativa nos anos de chumbo. Meus alunos de então, servindo quase de cobaias à minha inexperiência - muitos nomes, muitos rostos, alguns dos quais no corpo docente atual da Faculdade.

Nos anos oitenta, a renovação e a laicização, mediante as novas gerações e gestões que se foram sucedendo: Mary, Rita, Elisa, Sônia, Ana, Sandra, Leninha e agora Leila. Os servidores técnico-administrativos, alguns há longos anos, outros chegando depois. E a ampliação do corpo docente com sangue novo.

Não se trata de reminiscências pessoais: esta dança de vultos que saltam do passado e se presentificam neste cinquentenário apenas comprova que não comemoramos cinquenta anos de paredes, instalações, documentos e títulos acadêmicos. Não: trata-se de cinquenta anos que resultam de esforços concretos de pessoas singulares, de embates e conflitos, mas também de alianças, compromissos, rupturas e avanços. Esta Faculdade é criação, produto, obra de muitas mãos. Sua história é a confluência da história de muitos homens e mulheres, jovens e velhos. É, também ela, como toda história, história coletiva.

Mencionei-vos, há pouco, a idéia de uma *cultura* própria da nossa Faculdade. Parece-me que existe fundamento em argumentar sobre tal cultura.

Se se observa com cuidado a evolução histórica da Faculdade, da pequena escola dos anos cinquenta e sessenta, contendo relações quase domésticas, à unidade acadêmica de hoje, dispendo de ressonância nacional, verifica-se um fio condutor que, para além das várias

mudanças, fases e períodos por que ela reconhecidamente passou, unifica historicamente esta evolução. Antes de evidenciar esse fio condutor, creio relevante indicar algumas características salientes desta evolução.

Em primeiro lugar, diria que esta Faculdade apresenta um traço raro no universo das escolas de Serviço Social: historicamente, ela alia uma forte pertinência à categoria profissional e, ao mesmo tempo, uma criativa abertura às outras profissões e às ciências sociais. De uma parte, a Faculdade sempre manteve uma firme participação na ABESS, hoje ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) – é conhecida a inserção de seus professores até mesmo em instâncias diretivas dessa entidade. Igualmente, a Faculdade sempre estimulou a organização profissional, dos tempos do CRASS à atualidade do CRESS – já nos anos setenta, docentes desta Faculdade respondiam, em Juiz de Fora, pela representação do Conselho Regional.

Mas, ciosa da importância da preservação e da ampliação dos espaços profissionais, a Faculdade não desenvolveu o deletério viés do corporativismo. Sempre recorreu, sem apriorismos, à contribuição docente de advogados, sociólogos, antropólogos, médicos, psicólogos, economistas. E sempre se dispôs – mediante instrumentos vários, inclusive convênios – à articulação profissional com profissionais da saúde, educadores, planejadores, urbanistas etc.

Em segundo lugar, esta Faculdade, dos anos sessenta aos dias atuais, sempre manifestou uma enorme permeabilidade às mudanças operadas no ensino do Serviço Social. Não é preciso dizer que tal permeabilidade resultou do embate entre segmentos conservadores e setores mais avançados – o que é perfeitamente compreensível, aliás. Mas o fato é que a nossa Faculdade, desde meados dos anos sessenta, se caracteriza pela discussão dos tópicos mais contemporânea da agenda profissional, seja no domínio curricular, seja no domínio da definição do perfil profissional que se deseja implementar.

Especialmente a partir dos anos oitenta, esta característica se tornou muito pronunciada: esta Faculdade esteve sempre na linha de frente das revisões curriculares e programáticas, ampliando a sua interlocução com as agências nacionais de formação, envolvendo assessorias e consultorias, assimilando experiências e desenvolvendo novas práticas.

Penso que estes dois traços se articulam a algo que é muito próprio desta Faculdade: a compreensão do caráter radicalmente histórico do Serviço Social.

Valeria a pena investigar através de que condutos e canais esta concepção acabou por tornar-se dominante nesta Faculdade. Não tenho elementos substantivos para formular uma hipótese mais fundada, porém suspeito que haja raízes na extração social do seu corpo docente, claramente modificada a partir dos anos setenta, quando a carreira docente se abriu para setores muito mais abrangentes que os representativos das oligarquias locais – as velhas oligarquias de sobrenome e as novas elites produzidas pelo “milagre econômico” da ditadura. O que é inquestionável é que a cultura desta Faculdade é facilitadora da inovação – e isto não é pouco numa agência universitária.

Ora, todas essas notas são expressivas do que me parece ser a *cultura* desta Faculdade. Observando-se a sua evolução, é perceptível que, desde a linha de ruptura marcada em 1968-1969 e já referida, desenvolveu-se na Faculdade um modelo de gestão das relações acadêmicas que propicia a incorporação de inovações sem traumatismos.

Peço-vos que me entendais. Não se trata de supor a ausência de conflitos e mesmo confrontos – onde eles não existem, também não existe vida e desenvolvimento. Trata-se de constatar que, nesta cinqüentenária Faculdade, se foi instaurando um clima de convivência não excludente de tendências profissionais, concepções teóricas e posições ídeo-políticas. Um clima que oferece riscos, entre os quais o da conciliação sem princípio que, no âmbito da formação, substitui o pluralismo fecundo pelo liberalismo acrítico e, no âmbito teórico, abre o caminho ao mais deslavado ecletismo, inimigo número um do rigor necessário à pesquisa e à investigação sérias e produtivas. Entretanto, se bem equacionado e gerido, este clima se compatibiliza à perfeição à instituição acadêmica.

E é tal clima – insisto: que não elude conflitos e tensões – que me parece constituir a cultura desta Faculdade. Assim é que, desde os anos setenta, constata-se o caráter unitário do processo evolutivo da Faculdade: as necessárias mudanças não têm tido custos traumáticos, assegurando-se a continuidade da formação sem prejuízo do debate das inovações.

Gostaria de assinalar, enfim e quanto a este ponto, que julgo que as Missionárias foram bastante responsáveis pela instauração dessa cultura: a sua prudência e,

simultaneamente, a sua sensibilidade em face das mudanças necessárias têm bastante a ver com a gestão das diferenças e a difusão da tolerância não repressiva.

Em um texto já antigo, esbocei uma interpretação do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil pós-1964. Trata-se do quadro analítico apresentado em meu livro “Serviço Social e Ditadura”. É uma interpretação que hoje se tornou bastante divulgada e não cabe reproduzi-la ou sintetizá-la aqui. Cumpre apenas fazer notar que a minha análise, contida naquele livro, foi elaborada a partir de um exame do desenvolvimento Serviço Social em escala nacional, fundada numa documentação abrangente e que tinha por chave heurística o que meu mestre Florestan Fernandes chamava de centralidade do “tipo extremo”, em contraposição ao “tipo médio” de Durkheim e ao “tipo ideal” weberiano.

Pois bem: relendo aquele velho texto para eventualmente reunir elementos para vos trazer nesta noite, surpreendi-me com uma constatação – surpreendi-me ao verificar que o processo que analisei, necessariamente num alto nível de abstração, como emblemático do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil era como que um diagrama do desenvolvimento concreto da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

E quando utilizo o verbo “surpreender” estou a utilizar a palavra que melhor exprime a minha reação: relendo o velho texto (e devo dizer-vos que me poupo sempre o hábito de reler-me: livros são obras que, uma vez publicadas, têm vida autônoma, independente da subjetividade do autor), relendo-o descobri que as determinações que eu julgava encontrar em pesquisa realizada já na minha maturidade estavam todas presentes na própria escola em que eu me formara.

Ressumidamente, o evoluir do Serviço Social em escala brasileira está inscrito na história particular desta Faculdade. De agência isolada, confessional e limitada, ela, inserida na Universidade, ganha em laicidade e condições de desenvolvimento teórico-metodológico. A incidência qualificadora da pós-graduação, acoplada à instauração da carreira docente, altera substantivamente o conteúdo da formação e o perfil profissional, uma vez rompidas as mordças ditatoriais, se amplia e diversifica. A constituição de um mercado de trabalho para o assistente social, em escala nacional, obriga à contínua revisão da formação. A mudança do público-alvo, com a muito relativa democratização do ensino superior, transforma as expectativas discentes e abre novos espaços à sua renovação.

Muito especialmente, as condições políticas democráticas arejam a vida universitária e reduzem substantivamente a conformação conservadora. Em suma, o protagonismo da renovação profissional se adensa e avulta.

Pois bem: é possível reconhecer este processo na concreção da história da Faculdade de Serviço Social. E mais: é possível verificá-lo aqui, com suas dificuldades e suas alternativas, quase que *in statu nascendi*.

Se isto corresponde mesmo à dinâmica real desta Faculdade – e eu estou convencido de que o corresponde –, a avaliação destes cinquenta anos, por mais crítica que seja, aponta para um saldo absolutamente positivo.

Sem prejuízo de seus problemas, de seus impasses, dos seus pontos de estrangulamento, que existem objetivamente, o que é mais ponderável nesta avaliação é algo que torna fundada a celebração destes dias: aqueles que receberam e recebem a herança da aula inaugural de 16 de maio de 1958 têm razões de sobra para considerar que a viagem no rumo do possível, pensada por Jaime Snöeck e conduzida inicialmente pelas Missionárias, não foi apenas viável: foi produtiva, academicamente eficaz e socialmente válida.

Não é pertinente, nesta oportunidade, mencionar os novos dilemas que podem comprometer, não vos direi os próximos cinquenta anos, mas certamente algumas dezenas de meses no curto prazo. De um lado, a política de mercantilização do ensino superior, afinada com uma concepção minimalista do papel do Estado como regulador societal, que sucateia a universidade pública e faz as delícias do baronato do ensino superior privado. De outro, a insuportável decadência ideológica do capitalismo tardio, que incensa a desqualificação teórica em nome dos “paradigmas pós-modernos” e cada vez mais fetichiza uma ordem societária que só tem a oferecer a barbárie para as novas gerações. Mas não é esta a hora para mencionar estes desafios – embora seja a hora para afirmar, alto e bom som, que a herança de cinquenta anos desta Faculdade legitima a prospecção de que, nela, o legado humanista pode dinamizar a resistência à degradação da formação e a constituição de alternativas profissionais compatíveis com as exigências da emancipação humana.

A vós, que me concedestes a paciência de escutar-me, trago nesta noite a convicção, testada pelas experiências docentes que pude acumular em dois continentes e por um modesto, porém sistemático, exercício de reflexão, trago a convicção de que andaram bem

aqueles que se empenharam na construção desta Casa. Nosso agradecimento a eles nunca deve ser regateado.

Aos companheiros e companheiras que dão continuidade ao projeto iniciado em 1958, certamente sobre novas bases, em novas condições e com outras perspectivas, trago o meu testemunho de respeito e solidariedade.

E aos jovens futuros profissionais que eventualmente tenham resistido bravamente a esta já longa intervenção, a eles, que raramente dão ouvidos – e com razão – aos mais velhos, a eles só me cabe dizer que nesta Casa aprendi muito, formei-me, consolidei (provavelmente contra o desejo de muitos de meus mestres) as minhas opções e sempre tive, como discente e como docente, espaço para expô-las. Não são muitas as Faculdades onde isto pode acontecer e só este fato já diz da importância que atribuo a este cinquentenário.

Na verdade, a todos vós gostaria de dizer que, se pudesse voltar aos meus dezoito anos, se pudesse recuar quarenta e dois anos no tempo, mas preservando a parca cota de sabedoria que me coube acumular em quase quatro décadas de trabalho teórico e intervenção socialista revolucionária – em suma, se eu pudesse retornar a 1966 com a experiência de 2008, certamente voltaria a ingressar, apaixonadamente, na Faculdade que hoje completa cinquenta anos.

Muito obrigado.